

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 PROCESSO N° 004.076/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, mediante Pregoeira, designada pela **Portaria Nº 189/2018**, torna público para o conhecimento dos interessados, através do **Processo 004.076/2018**, realizará às **13H30 do dia 16 de ABRIL de 2018**, sendo que **o credenciamento inicia-se 30 (trinta) minutos antes** do horário marcado para abertura da sessão, em sua sala de reuniões, situada na Avenida Jones dos Santos Neves, n° 70 – Centro – São Mateus-ES, Cep.: 29930-000, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 3.784/2001, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes de proposta de preços e habilitação do objeto especificado neste edital serão recebidos e abertos no dia, hora e local acima designado.

I. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 1.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:
- a) que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) que esteja sob regime de recuperação judicial ou falência;
- c) qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- d) empresa que tenha como sócio, gerente ou diretor, Membro ou Servidor ocupante de cargo pública na Prefeitura Municipal de São Mateus e/ou seu cônjuge.
- 1.3. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente. Caso inexistam, tal fato deverá ser declarado de acordo com Anexo II, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.
- 1.4. Não serão admitidas nesta licitação empresas que operem sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 1.5. Poderão participar as interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, sendo que sua regularidade será confirmada por meio de consulta "ON-LINE", na data de realização da Sessão Pública.



1.6. As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontram cadastradas no SICAF deverão apresentar os documentos relacionados no item 7.2 do edital, observando-se os respectivos prazos de validade.

II. DO OBJETO

2.1 <u>AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS 13KG E 45KG</u>, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

III. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 3.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um único representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 3.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado do estatuto ou contrato social, para fins de comprovação de poderes para subscrevê-lo, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, dispensada, neste caso, a apresentação de procuração.
- 3.3. Apresentar, juntamente com os documentos acima detalhados, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital.
- 3.4. As empresas que se enquadrarem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar, **no ato do credenciamento**, para comprovação de tal condição, **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial a partir de Janeiro/2018**, para aplicação da Lei Complementar 123/2006, nas fases de habilitação e julgamento das propostas.
- 3.5. Todos os documentos exigidos neste Capítulo devem ser entregues ao pregoeiro em original, ou cópia devidamente autenticada em Cartório.
- 3.6. Nenhuma pessoa, física ou jurídica, mesmo que credenciada por processo legal, poderá representar mais de uma empresa na presente licitação.



IV. DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- 4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro designado para tal, e realizada de acordo com o que rezam a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com este edital e seus anexos, no local, data e horário já determinados.
- 4.2. Na data, local e hora aprazados, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deve credenciar-se junto ao pregoeiro na forma do Capítulo III.
- 4.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados apresentarão, em envelopes separados e fechados, a proposta de preços (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do ENVELOPE nº 1.
- 4.4. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes dos proponentes credenciados na forma do Capítulo anterior.
- 4.5. No ato de encerramento da sessão serão devolvidos os envelopes de habilitação fechados, dos licitantes participantes e não vencedores do certame, desde que não tenham sido interpostos recursos ou após manifestação expressa do desejo de não recorrer ou ainda após o julgamento dos mesmos.

V. DAS PROPOSTAS (Envelope 1)

5.1. Os licitantes deverão apresentar envelope fechado, tendo na parte frontal, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS PREGÃO Nº 010/2018 - Processo nº 004.076/2018 ENVELOPE "1" - PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.2. A proposta deverá obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos:
- a) ser datilografada, digitada ou impressa através de edição eletrônica de textos, em uma via, em papel timbrado da empresa licitante, contendo a razão social, o CNPJ, os números dos telefones, do fax, sítio na Internet, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, sem alternativas, rasuras, emendas ou entrelinhas;



- b) o valor GLOBAL da proposta, <u>detalhado na forma do Anexo V deste Edital</u> (Modelo de Proposta de Preços), considerando todos os custos e despesas diretas e indiretas para o fiel atendimento do objeto deste certame;
- c) uma única cotação para cada item;
- d) valor total, expresso em dois algarismos após a vírgula e por extenso;
- e) conter preços de cada item, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, neles incluídas todas as despesas de impostos, transporte, mão-de-obra e demais itens indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto deste Pregão. Em caso de discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros; ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos;
- f) conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas;
- g) conter prazo de entrega do objeto da presente licitação, conforme solicitado no edital;
- OBS.: Solicita-se que seja anexada a proposta de preços a <u>planilha de dados na forma</u> <u>do anexo VI</u>, devidamente preenchida, com os dados gerais para efeito de emissão de Nota de Empenho, posterior pagamento, e demais atos necessários, sendo que a não apresentação da referida planilha não desclassificará a licitante.
- 5.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximirse da prestação do serviço objeto da presente licitação.
- 5.4. Caso os prazos de validade da proposta, de execução dos serviços, e de garantia não estejam expressamente indicados na proposta, fica estabelecido que estes prazos serão os estipulados no edital, no item 5.2, alíneas "f", "g" respectivamente.

VI. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:
- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de



documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

- c) apresentarem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d) apresentarem proposta alternativa.
- 6.2. Serão proclamados, pelo (a) pregoeiro (a), os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço total, para a prestação dos serviços objeto deste edital, e em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àquela, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas.
- 6.3. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 6.4. O (a) pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, inferiores ao valor total da proposta de menor preço, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 6.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) pregoeiro (a), implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, ou, caso contrário, será verificada a conformidade da proposta do licitante que apresentou o menor lance e o valor estimado para a contratação.
- 6.7. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 6.8. Em seguida o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.9. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, <u>das condições habilitatórias</u>:
- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e documentação complementar exigida no edital; ou



- b) no caso dos não cadastrados, na documentação exigida no edital.
- 6.10. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos, efetuada pelo **MENOR PREÇO GLOBAL.**
- 6.11. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 6.12. Caso não se realizem lances verbais, ou nas situações previstas nos subitens 6.8 e 6.11, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo (a) pregoeiro (a), sua equipe de apoio e pelos proponentes presentes.
- 6.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 6.15. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 6.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 6.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o que somente poderá ocorrer no caso das propostas escritas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, para decidir quem iniciará a etapa de lances verbais. Entretanto, não havendo interesse de nenhum dos licitantes em oferecer lances verbais, permanecendo o empate, será realizado novo sorteio para desfazer o empate.
- 6.18. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- 6.18.1. A identificação do proponente como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP deverá ser feita na forma do item 3.4 deste edital.



- 6.19. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 6.20. Para efeito do disposto no item 6.19 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-seá da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame:
- b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 6.19 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 14.5 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 6.21. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.19 deste edital, voltará a condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 6.22. O disposto nos itens 6.18 e 6.19 somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.23. O (a) pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele (a) estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 6.24. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 6.25. Concluída a fase de julgamento com a adjudicação do objeto do presente certame, o licitante vencedor deverá <u>no prazo de 02 (dois) dias, apresentar nova Proposta</u>, nos moldes do Anexo V deste edital, ajustada aos novos valores, respeitada a proporção inicial entre os preços unitários de cada item e o valor total da proposta.



- 6.26. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no momento da emissão da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, e, observado o disposto nos subitens 6.11 e 6.12.
- 6.27. Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior, quanto a convocação de outro licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades do Capítulo XIV deste Edital.

VII. DA HABILITAÇÃO (Envelope 2)

7.1. Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope fechado contendo na parte frontal os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS PREGÃO Nº 010/2018 - Processo nº 004.076/2018 ENVELOPE "2" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.2. O envelope "2" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.2.1. Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, no caso de empresa individual, com "objeto social" enquadrado com o objeto deste Edital;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas do item "7.2.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

7.2.2. Regularidade Fiscal

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta PGFN/RFB, Conforme a Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei n° 12.440/2011.

7.2.3. Qualificação Técnica

- a) declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo II deste edital;
- b) declaração em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do anexo III deste edital;
- c) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objetos que tenham características semelhantes ao desta licitação;
- d) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC Ficha de Atualização Cadastral) ou Municipal (**Alvará de Funcionamento**), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, atualizado.

7.2.4. Qualificação Econômica-Financeira

- a) Certidão negativa de pedido de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a **30 (trinta) dias** da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 7.3. Às empresas cadastradas no SICAF, fica facultada a apresentação do documento do SICAF, que for competente para substituir os documentos possíveis e válidos, referente aos itens 7.2.1 e 7.2.2. Esse formulário somente será válido para esta licitação se as informações relativas aos respectivos documentos estiverem disponíveis e dentro do prazo de validade, responsabilizando-se a própria licitante caso não inclua os documentos dentro do respectivo envelope, por sua inabilitação.

7.4. A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido neste edital, em caso de não estabelecido no edital estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o(a) pregoeiro(a) considerará como prazo de validade o de 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do respectivo documento;



- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.
- 7.5. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- 7.6. Os documentos passíveis de consulta via internet poderão ter sua validade verificada, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 7.3.
- 7.7. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada, todos deverão ser perfeitamente legíveis.

VIII. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

- 8.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- 8.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada em 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser entregue diretamente ao (a) pregoeiro (a), no SETOR DE LICITAÇÕES DA PMSM, anexando os seguintes documentos, sob pena de não acolhimento:
- a) cópia devidamente autenticada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ:
- b) Procuração (quando for o caso);
- c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).
- 8.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 8.5. Dos atos do (a) pregoeiro (a) neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro



em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias.

- 8.6. O recurso contra decisão do (a) pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.
- 8.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.8. Se não reconsiderar sua decisão o (a) pregoeiro (a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 8.9. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo da PMSM, observado o disciplinamento do item 8.5.
- 8.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede desta PMSM, no Setor de Licitação.

IX. DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1. Verificando o atendimento das condições de habilitação da proponente de *MENOR PREÇO GLOBAL* esta será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.
- 9.1.2. A licitante vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias para assinar o contrato.
- 9.2. Se a proponente de MENOR PREÇO GLOBAL não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes das ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita à adjudicação do objeto da licitação.

X. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pelo Ordenador de Despesa da PMSM, após recebimento do processo concluído pelo (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio.

XI. DA DESPESA

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a esta PMSM, conforme especificado abaixo:

0100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



010010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 – EDUCAÇÃO
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
0452 – GESTÃO PEDAGÓGICA
2.001 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO
11070000 – RECURSOS FNDE
0010 – FICHA

0100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
900005 – EDUCAÇÃO PARA TODOS
12 – EDUCAÇÃO
306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
0455 – EDUCAÇÃO PARA TODOS
2.083 – MANUTENÇÃO PREPARO MERENDA ESCOLAR E AQUIS. EQUIP. E BENS MOV. PREPAR. DIST. MER. ESCOLAR
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO
11070000 – RECURSOS FNDE
0148 – FICHA

XII. DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO MATERIAL

12.1. O material será **requisitado mensalmente**, conforme demanda e deverão ser entregues nos endereços estipulados no **Item 13.1** do Anexo I - Termo de Referência deste edital, por conta do fornecedor, seguindo a relação de quantitativo estipulada conforme cronograma emitido pela Secretaria Municipal de Educação. Ressaltando que a entrega na Zona Rural seguirá uma rota estabelecida, conforme demanda, pelo Setor de Merenda Escolar. A empresa contratada terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para entrega da recarga solicitada, após emissão da ordem de fornecimento para as Unidades Escolares situadas na Região Urbana e 48 horas para a entrega nas Unidades Escolares situadas na Região Rural.

XIII. DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após as medições, devidamente atestado em Boletim de Medição, por meio de depósito na conta-corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débito CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;



- c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante:
- e) No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal do contrato;
- f) Relatório de Fiscalização.
- 13.2. A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.3. A PMSM reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 539/2005.
- 13.4. Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na nota fiscal.
- 13.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.6. Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

XIV. DAS SANÇÕES

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São Mateus poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções:
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% limitado a 20% do valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer



obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 14.2. A PMSM aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 14.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- 14.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- 14.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



XV. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados.
- 15.2 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas no objeto contratado, fixando prazos para sua regularização.
- 15.3 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão do Contrato em caso de irregularidade.

XVI. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 Efetuar a entrega do produto conforme especificado no presente termo de referência;
- 16.2 A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto ora contratado, isentando o contratante de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos produtos;
- 16.3 A Contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no presente termo de referência;
- 16.4 A Contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 16.5 A **CONTRATADA** deverá permitir livre acesso dos servidores do Ministério da Justiça bem como do Tribunal de Contas aos seus documentos contábeis;
- 16.6 Efetuar o pagamento de acordo com o valor e condições estipuladas em contrato;
- 16.7 Alocar recursos financeiros e orçamentários necessários à execução dos serviços.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A participação nesta licitação implica na plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.
- 17.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.



- 17.3. À PMSM reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, não cabendo aos licitantes o direito a indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da mesma Lei.
- 17.4. A proposta da Contratada, juntamente com a Nota de Empenho e as disposições deste edital, terão conjuntamente valor de contrato, gerando direitos e obrigações tanto para a Contratada quanto para a Contratante, conforme Art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 17.5. Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 08H00 as 18h00, no Setor de Licitações, situado na Avenida Jones dos Santos Neves, n° 70 Centro, ou através e-mail licitação @saomateus.es.gov.br.
- 17.6. Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), de acordo com o que rezam a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 17.7. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de SÃO MATEUS.
- 17.8. Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no sítio oficial da PMSM na Internet: www.saomateus.es.gov.br.
- 17.9. O licitante ficará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 17.10 O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referente ao cumprimento da legislação brasileira vigente.
- 17.11 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que compõe tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direita ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custo de estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.

17.12 Integram este edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação;

Anexo III – declaração do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93;

Anexo IV – declaração de que cumpre os requisitos da habilitação;

Anexo V – modelo de proposta de preços;



Anexo VI - planilha de dados cadastrais; Anexo VII - minuta do contrato;

São Mateus/ES, 03 de ABRIL de 2018.

Renata Zanete Pregoeira



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação
- 2. Responsável pela emissão do Termo de Referência: Sirleneide dos Santos Brito
- **3. Valor Estimado da Contratação:** R\$ 250.777,41 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e sete reais e quarenta centavos).

4. Dotação Orçamentária:

0100010010.1212204522.052 - Manutenção das Atividades da Secretaria e dos Conselhos Municipais de Educação

0100900005.1230604552.0830- Manutenção Preparo Merenda Escolar e Aquis.e Bens Mov.Prepar.Dist.Mer.Escolar

5. Condições de recebimento do objeto: quando solicitado pelo fiscal de contrato.

6. Obrigações da Contratada:

- Efetuar a entrega do produto conforme especificado no presente termo de referência;
- A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto ora contratado, isentando o contratante de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos produtos;
- A Contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no presente termo de referência;
- A Contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- A **CONTRATADA** deverá permitir livre acesso dos servidores do Ministério da Justiça bem como do Tribunal de Contas aos seus documentos contábeis;
- Efetuar o pagamento de acordo com o valor e condições estipuladas em contrato;
- Alocar recursos financeiros e orcamentários necessários à execução dos servicos.
- **8. Prazo de entrega:** A empresa contratada terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para entrega da recarga solicitada, após emissão da ordem de fornecimento para as Unidades Escolares situadas na Região Urbana e 48 horas para a entrega nas Unidades Escolares situadas na Região Rural.
- 9. Prazo do contrato: 12 (doze) meses.

10. FISCAIS DO CONTRATO

- Fiscal Titular: Sirleneide dos Santos Brito, matrícula nº 055.861, nomeada em concurso público como funcionária efetiva no cargo de Professora, através do Decreto nº 889/1999, datado em 15/03/1999.



- Fiscal Suplente: Katia Martins Oliveira Daher, matrícula nº 60.771, nomeada em concurso público como funcionária efetiva no cargo de Professora, através do Decreto nº 1.882/2005, datado em 21/01/2005;

11. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS 13KG E 45 KG

11.1 DETALHAMENTO

Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes do item 5 deste termo de referência.

Itens	Quant.	Und.	Descrição do Material			
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
001	23	Unid.	RECARGA DE GÁS GLP 13 KG CADA			
		ESC	COLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL			
002	1.400	Unid.	RECARGA DE GÁS GLP 13 KG CADA			
		CE	NTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
003	1.400	Unid.	RECARGA DE GÁS GLP 13 KG CADA			
E	MEFTI A	YRTON S	SENNA - CEIM SANTO ANTONIO /CEIM BOA VISTA			
004	60	Unid.	RECARGA DE GÁS GLP 45 KG CADA			

12. JUSTIFICATIVA:

Essa solicitação se faz necessária tendo em vista o atendimento à Secretaria Municipal de Educação, em suas atividades gerais, às Escolas de Ensino Fundamental e aos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, para a aquisição de recarga de gás para o preparo da Merenda Escolar.

13. LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA:

O material será requisitado mensalmente, conforme demanda e deverão ser entregues nos endereços estipulados no **Item 13.1** deste Termo de Referência, por conta do fornecedor, seguindo a relação de quantitativo estipulada conforme cronograma emitido pela Secretaria Municipal de Educação. Ressaltando que a entrega na Zona Rural seguirá uma rota estabelecida, conforme demanda, pelo Setor de Merenda Escolar. A empresa contratada terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para entrega da recarga solicitada, após emissão da ordem de fornecimento para as Unidades Escolares situadas na Região Urbana e 48 horas para a entrega nas Unidades Escolares situadas na Região Rural.

13.1RELAÇÃO DOS LOCAIS A SEREM ATENDIDOS:

N°.	LOCAL	ENDEREÇO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE	Rua Duque de Caxias, Nº 194, Bairro Carapina
1	EDUCAÇÃO	CEP 29.933-030
	CONSELHO MUNICIPAL DE	Av. João Nardoto, nº. 1066, Bairro Carapina,
2	EDUCAÇÃO	CEP 29.933-390
3	NÚCLEO DE TECNOLOGIA	Rua Barão dos Aymorés,Nº 90,Bairro Centro



		CEP 29.930-340
ITEM	UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO
1	CEIM "ALICE PONTE IN VALTELINA"	Av. Sol, S/Nº, Vitória
2	CEIM "AMÁBILE ZANELATO QUINQUIM"	Av. Vitória, S/Nº, Vila Nova
3	CEIM "ANDORINHAS"	Av. Cricaré, S/Nº, Cricaré
	,	Rua Conceição da Barra, Nº 523, Lado Sul -
4	CEIM "ANDRÉ ORLANDI NARDOTTO"	Guriri
5	CEIM "AREINHA"	Rua Ilheus, S/Nº, Areinha
6	CEIM "BOA VISTA"	Rua Elias Jogaib, S/Nº, Boa Vista
7	CEIM "BRILHO DO SABER"	Rua Projetada 03, esquina com Projetada 01 (Área A) - Aroeira
8	CEIM "CARMELINA RIOS"	Rua Coronel Mateus Cunha, S/N°, Sernamby
9	CEIM "CLAUDIA SCARINZE"	Rua Projetada, S/Nº, Liberdade - Pedra D'água
10	CEIM "CRIANÇA FELIZ"	Rua Evaristo Sossai, Km 41, Nestor Gomes
11	CEIM "DOIS ESQUILOS"	Av. Brasil, S/N°, Vila Nova
12	CEIM "EGÍDIO BORDONI"	Rodovia BR 101, Km 67,5, Morada do Ribeirão
		Rua Geronimo José, S/Nº, Nova Lima -
13	CEIM "ISABEL RODRIGUES VIEIRA"	Itauninhas
14	CEIM "LAR DA CRIANÇA"	Av. Hermes Valadares, S/Nº, Santa Tereza
15	CEIM "MEU AMIGUINHO"	Av. Carina, S/Nº, Seac
	_	Rua Ilha dos Uirapurus, S/Nº, Morada do
16	CEIM "MORADA DO RIBEIRÃO"	Ribeirão
17	CEIM "MUNDO DO SABER"	BR 381, Rod. Miguel Curry Carneiro, Km 35
18	CEIM "NOSSA SRª. APARECIDA"	Rua Mateus Antonio Matos, S/Nº, Porto
19	CEIM "OVELHINHA"	Rod. Othovarino Duarte Santos, Nº 400, Guriri
20	CEIM "PARAÍSO INFANTIL"	Av. Antonio Lougon Moulin, S/Nº, Bom Sucesso
21	CEIM "PAULISTA"	Rodovia BR 101, Km 83, Paulista
22	CEIM "PAULO FREIRE"	Rua Amazonas, S/Nº, Vila Verde
23	CEIM "PEQUENO PRINCIPE"	Rua 05, Nº 13, Nova Conquista
0.4	CEIM "PROF. ORMY FONSECA E	Dua Daraha NO 67 Casisus
24	SILVA"	Rua Peroba, Nº 67, Cacique
25	CEIM "SANTA MARIA"	Rod. ES 315, S/Nº, Santa Maria Avenida do Contorno, Quadra 29, Loteamento
26	CEIM "SANTO ANTONIO"	Caiçaras
20	OLIVI GAINTO AINTOINIO	Rua Vereador Laurindo Samaritano, Nº 93,
27	CEIM "SÃO FRANCISCO DE ASSIS"	Litorâneo
28	CEIM "SÃO JOÃO"	Rua Laura Faria Lima, S/Nº, Sernamby
29	CEIM "SÃO PEDRO"	Rua Cinco, Nº 13, Nova Conquista
30	CEIM "SEMENTINHA"	Rua Principal, S/Nº, Cohab
31	CEIM "SONHO DE CRIANÇA"	Rua Itupeva, S/Nº, Aviação
	•	Rua XXXII, esquina com a 9ª Avenida, quadra
32	CEIM "TESOURO DA ILHA"	2C, Loteamento Caiçaras – Lado Norte - Guriri
	ECORM DA REGIÃO DO CÓRREGO	
33	SECO	Córrego Seco
	EMEF " PROF ^a . MARIZETE VENÂNCIO	
34	DO NASCIMENTO"	Av. Dom José Dalvit, S/Nº, Aroeira
35	EMEF "ANEDINA ALMEIDA SANTOS"	Rua Principal. S/Nº, Nova Lima - Itauninhas
36	EMEF "AVIAÇÃO"	Rua Nanuque, S/Nº, Aviação
37	EMEF "AYRTON SENNA"	Av. Antonio Lougon Moulin, N 84, Bom



1		Sucesso
38	EMEF "BOM SUCESSO"	Av. Gileno Santos, S/N°, Bom Sucesso II
30	LIVIET BOW COCEGO	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, S/Nº, Km
39	EMEF "CORREGO DO MILANEZ"	28
40	EMEF "CRICARÉ"	Av. Cricaré, S/Nº, Beira Rio
41	EMEF "DORA ARNIZAUT SILVARES"	Av. Ayrton Senna, S/Nº, Bairro Bom Sucesso
	EMEF "DR. ARNÓBIO ALVES DE	Av. Ayrion ocima, o/iv , baino bom ouccisso
42	HOLANDA"	Rua Principal, N° 195, Forno Velho - Cohab
43	EMEF "GOLFINHO"	Rua Ruth Neves Esteves, Nº 286, Ideal
44	EMEF "GURIRI"	Rua Nova Venécia, Nº 1203, Guriri
45	EMEF "KM 35"	Rodovia BR 381, S/N°, Km 35
46	EMEF "LILAZINA GOMES DE SOUZA"	Rodovia BR 101, Km 65, Posto Esso
40	EMEF "Mª APARECIDA DOS S. S.	Rua 05, Pomar dos Colibris, S/Nº, Morada do
47	FILADELFO"	Ribeirão
48	EMEF "Mª DA CUNHA FUNDÃO"	Av. Carina, S/N°, Seac
40	EMEF "Mª FRANCISCA NUNES	Av. Gairia, 5/10 , Seac
49	COUTINHO"	Nativo de Barra Nova, S/N°
50	EMEF "MERCEDES DE AGUIAR"	Rua Principal, S/Nº, Itauninhas
51	EMEF "OURO NEGRO"	Rua Nova Venécia, Nº 969, Guriri
52	EMEF "PAULO ANTÔNIO DE SOUZA"	Rodovia BR 101, Km 83, Paulista
53	EMEF "PROF. JOÃO PINTO BANDEIRA"	Rua Duque de Caxias, Nº 194, Carapina
- 55	EMEF "PROFª. HERINÉIA LIMA	Trua Duque de Caxias, N 194, Carapina
54	OLIVEIRA"	Rua Edith Laura Moreira D'Almeida, S/Nº, Guriri
55	EMEF "ROSELI PIRES CLEMENTE"	Rua Ícaro, S/Nº, Seac
56	EMEF "SANTA TEREZINHA"	Rua Hermes Valadares, Nº 170, Santa Tereza
57	EMEF "SÃO PIO X"	Córrego da Palmeira, Km 47
58	EMEF "VALÉRIO COSER"	Estrada do Nativo, S/Nº, Pedra D' Água
59	EMEF "VER. LAURINDO SAMARITANO"	Rua São João Batista, S/Nº, Litorâneo
60	EMEF "VILA VERDE"	Rua Amazonas, S/Nº, Vila Verde
61	EMEF "ZUMBI DOS PALMARES"	Rodovia 381, Km 53, Nestor Gomes
62	CEIM "BEIRA RIO"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, Km 28
63	CEIM "GEORGINA"	Cachoeira do Cravo, S/Nº, Km 43
64	CEIM "SANTA TEREZINHA"	Estrada Km 29, Santa Leocadia, S/Nº, Km 29
04	CEIW SANTA TEREZINITA	Cachoeira do Cravo, S/Nº, Km 43, Nestor
65	CEIM "VALE DA VITÓRIA"	Gomes
66	EPM "ALICE MOREIRA MACHADO"	Estrada do Nativo de Barra Nova
67	EPM "ALMIRA DIAS PERIN"	Córrego do Jacaré, Jaguaré
68	EPM "BERNADETE LOURDES BASTOS"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, Km 29
69	EPM "CAMPO GRANDE DE BAIXO"	Estrada do Nativo de Barra Nova
70	EPM "CÓRREGO DO ATERRO"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 35
71	EPM "CÓRREGO DO CHIADO"	Rodovia São Mateus X Boa Esperança
/ 1	LI W CONNEGO DO GINADO	Rodovia São Mateus X Boa Esperança,
72	EPM "CÓRREGO DO GAMA"	Fazenda Córrego do Gama
73	EPM "CÓRREGO DO RANCHO"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, Km 28
74	EPM "CÓRREGO GRANDE DE CIMA"	Rodovia São Mateus X Nova Venecia, Km 35
75	EPM "CÓRREGO GRANDE"	Rodovia São Mateus X Nova Venecia, Km 35
76	EPM "CÓRREGO MATA SEDE"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 29
77	EPM "CÓRREGO SECO"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 41
78	EPM "DILÔ BARBOSA"	Rodovia São Mateus X Boa Esperança
79	EPM "DIVINO ESPÍRITO SANTO"	Rodovia BR 101, KM 23
		·
80	EPM "ENEDINO MONTEIRO"	Estrada do Nativo, Barra Nova Sul



81	EPM "GIRASSOL"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia
82	EPM "KM 20"	Km 20
83	EPM "MILITINO CARRAFA"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 13
		Rodovia São Mateus X Boa Esperança, Nova
84	EPM "NOVA VISTA"	Vista
85	EPM "PALMITO"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, Km 23
		Rodovia Othovarino Duarte Santos, Rua São
86	EPM "RIO PRETO"	Gabriel, S/Nº - Rio Preto
	EPM "SÃO DOMINGOS DE	
87	ITAUNINHAS"	Rodovia São Mateus X Boa Esperança
88	EPM "SÃO JORGE"	Rodovia São Mateus X Boa Esperança
89	EPM "SÃO MIGUEL"	Estrada do Nativo de Barra Nova
90	EPM "VAVERSA"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 16
91	EPM "ANNA LUBBER LONARDELLI"	Zona rural
92	EPM "MARIRICU"	Zona rural
	EPM "PATRIMÔNIO CÓRREGO DA	
93	AREIA"	Zona rural
94	EPM ANTONIO MACIEL FILHO	Jambeiro
95	EUM "ANTÔNIO LIMA"	Córrego Grande
96	EUM "ARARIBÁ"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 35
97	EUM "CÓRREGO DE SANTA MARIA"	Rodovia São Mateus X Nova Venécia, Km 23
98	EUM "CÓRREGO DO PIQUI"	Rodovia BR 101, Km 83, Paulista
99	EUM "CÓRREGO SANTA RITA"	Rodovia BR 101, Comunidade Santa Rita
100	EUM "NOSSA SENHORA DE LOURDES"	Rodovia BR 101, Córrego da Onça
101	EUM "SANTA ROSA DE LIMA"	Rodovia 381, Miguel Curry Carneiro, Km 35
102	EUM "SÃO GERALDO"	Rua Principal, S/Nº, Itauninhas
103	EUM "SAPUCAIA II"	Riozinho
104	EUM "SÃO JOÃO BOSCO"	Zona Rural
105	EUM CÓRREGO DEZOITO	Córrego do Dezoito
106	EUM SANTO ANJO	Zona Rural
107	EUM UNIÃO	Zona Rural
108	PEM XIII DE SETEMBRO	Zona Rural

14. OUTRAS PRESCRIÇÕES

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado:

- Não serão aceitos produtos/materiais em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço;
- Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do material;
- Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.



Elaborado por: Sirleneide dos Santos Brito

Matrícula nº 055.861

Aprovado por: Zenilza Aparecida Barros Pauli

Secretária Municipal de Educação

Portaria nº 026/2017



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO II DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Papel timbrado da empresa)

A empresa	, CNPJ nº
, sediada	, declara, sob
as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impediti	vos para sua habilitação
no Processo Licitatório nº 004.076/2018, Pregão Presencial nº	010/2018 da Prefeitura
Municipal de São Mateus, ciente da obrigatoriedade de declarar o	ocorrências posteriores.
Local e data,	
(assinatura do representante legal da empresa)	



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO III DECLARAÇÃO (Papel timbrado da empresa)

Ref.: Processo Licitatório nº 004.076/2018

Assinatura do representante Legal da empresa

Pregão Presencial nº 010/2018

, inscrito no CNPJ nº										,
por	intermédio	de	seu	representa	nte	legal,	0	(a)	Sr	(a).
			,	portador	da	Carteira	de	lde	ntidade	nº
	e	do CPF	nº			, DECLAF	RA, pa	ra fins	s do disp	osto
no in	ciso V do art.	27 da I	_ei nº 8.6	666, de 21 d	le junl	no de 199	3, acr	escido	pela L	ei nº
9.854	l, de 27 de outi	ubro de	1999, qı	ue não empr	ega n	nenor de c	lezoito	anos	em trak	alho
notur	no, perigoso ou	ı insalul	bre e não	emprega m	enor c	le dezesse	eis and	os.		
Ress	alva: emprega ı	menor,	a partir d	e quatorze a	nos, r	na condiçã	o de a	prend	iz ().	
Loca	l e data									



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO IV Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação (Papel timbrado da empresa)

Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018

A empresa			CNPJ nº		sediada
	, declara,	sob as pen	as da Lei	que está em	situação
regular perante a Fazenda Fe	ederal, a Seguri	idade Socia	I - INSS e	o Fundo de	Garantia
do Tempo de Serviço - FG	ΓS, bem como	, atende às	exigênci	as do edital d	quanto à
habilitação para os fins pre	vistos no Prod	esso Licita	tório nº (004.076/2018,	Pregão
Presencial nº 010/2018 da PM	ISM.				
Local e data,					
(assinatura do representante l	egal da empres	a)			



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO V MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Α	Empresa							,	CNP	J nº				,
es	tabelecida	na	(endere	eço),	vem	aprese	entar i	proposta	de p	reços	para	os	fins	de
ра	rticipação	do	Pregão	Prese	encial	nº 010)/2018	, Proces	so nº	004.0	76/201	8,	que 1	tem
СО	mo objeto	ΑQι	JISIÇÃO	DE F	RECA	RGA D	E GÁS	S 13KG E	45K	G , da s	eguint	e fo	rma:	

Item	Und	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.1	Unid	RECARGA DE GÁS GLP 13 KG CADA	2.823		
1.2	Unid	RECARGA DE GÁS GLP 45 KG CADA	60		
	·				

VALOR POR EXTENSO: XXXXXX.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias. Local e data Assinatura e carimbo da empresa



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO VI PLANILHA DE DADOS CADASTRAIS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Dados da Empresa:	1
Razão Social	
CNPJ	
Endereço Completo	
CEP	
Fones / Fax	
E-mail	
Site Internet	
Optante SIMPLES	SIM () NÃO ()
Dados do Represen	ntante da Empresa para assinatura do Contrato:
Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço Completo	
CEP	
Fone / Fax	
E-mail	
Carteira de	
Identidade	
Orgão Expedidor	
CPF	
Dados Bancários da	a Empresa:
Banco	
Agência	
Conta	
Dados do Contato o	com a Empresa:
Nome	
Cargo	
Endereço Completo	
CEP	
Fone / Fax	

Local e data Assinatura e carimbo da empresa

E-mail



Processo nº 004.076/2018 Pregão Presencial nº 010/2018 ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES E A EMPRESA:

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES, pesso	a jurídica de	e direito público i	nterno, inso	crito
no CNPJ/MF sob o nº. 27.167.477/0001-12,	com sede	na Avenida Jon	es dos Sar	ntos
Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES, dora	vante denor	minado <u>CONTR</u> A	ATANTE, no	este
ato representada pela Secretária Municipal de	Educação,	Sra	(qualificaç	:ão),
e a Empresa, pessoa jurídi	ca de direito	o privado, inscrit	a no CNPĴ	/MF
sob o nº, estabelecida na			, dorava	ante
denominada <u>CONTRATADA</u> , repres	entada	pelo (a)	Sr.	(a)
,	nacionalida	ade, estado ci	ivil, profiss	são,
portador do CPF nº	e CI nº.	,	residente	na
, tendo em vi	ista o Pregã	ão Presencial nº.	010/2018,	е о
Processo nº. 004.076/2018 e outros, nos termo	os das Leis i	nº.s 10.520/2002	e 8.666/19	993,
proposta julgada e aceita pelo Pregoeiro Ofic	ial da PMSN	M, resolvem assi	nar o prese	ente
contrato que reger-se-á pelas cláusulas e conc	dições segui	intes:		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto <u>AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS 13KG</u> <u>E 45KG</u>, de acordo com as especificações constantes do *Anexo I – Termo de Referência* e do *Pregão Presencial nº 010/2018*, partes integrantes deste contrato para todos os efeitos, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a esta PMSM, conforme especificado abaixo:

0100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
010010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 – EDUCAÇÃO
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
0452 – GESTÃO PEDAGÓGICA
2.001 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO
11070000 – RECURSOS FNDE
0010 – FICHA



0100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
900005 – EDUCAÇÃO PARA TODOS
12 – EDUCAÇÃO
306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
0455 – EDUCAÇÃO PARA TODOS
2.083 – MANUTENÇÃO PREPARO MERENDA ESCOLAR E AQUIS. EQUIP. E BENS
MOV. PREPAR. DIST. MER. ESCOLAR
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO
11070000 – RECURSOS FNDE
0148 – FICHA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1.	О	presente	contrato	tem	por	valor	total	estimado	а	quantia	de	R\$
			(),	ressa	lvando-se	o di	reito do i	munic	cípio
efetu	ar c	pagament	o após a	a entreg	ja do	objeto,	confo	rme planilh	a d	e preços	unitá	irios
(anex	κο I	do contrato)	١.									

- 3.1.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado após a entrega do objeto, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, por meio do Boletim de Medição, deverão ser pagas até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.
- 3.2. Para efetivação do pagamento é obrigatório a apresentação das Certidões Negativas de Débito de FGTS, devidamente atualizados, (originais ou cópias autenticadas em cartório), CNDs Federal, Estadual e Municipal do município da sede da empresa CONTRATADA, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011, que deverão ser anexadas à(s) nota(s) fiscal(ais) atestada(s) pelo Secretário e gestor do contrato juntamente com o relatório de fiscalização.
- 3.3. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 3.4. Estão incluídos no valor GLOBAL os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete, combustíveis, lubrificantes, manutenção, motoristas, tais como despesas necessárias para o fornecimento e entrega dos respectivos produtos.
- 3.5. Os valores estipulados no presente contrato são irreajustáveis, salvo por fato superveniente devidamente comprovado e deferido pelo município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL



4.1. O Contrato decorrente da referida aquisição deverá ter vigência de **12 (doze)** meses após a assinatura da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA- PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

12.2. O material será requisitado mensalmente, conforme demanda e deverão ser entregues nos endereços estipulados no **Item 13.1** do Anexo I - Termo de Referência do edital, por conta do fornecedor, seguindo a relação de quantitativo estipulada conforme cronograma emitido pela Secretaria Municipal de Educação. Ressaltando que a entrega na Zona Rural seguirá uma rota estabelecida, conforme demanda, pelo Setor de Merenda Escolar. A empresa contratada terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para entrega da recarga solicitada, após emissão da ordem de fornecimento para as Unidades Escolares situadas na Região Urbana e 48 horas para a entrega nas Unidades Escolares situadas na Região Rural.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A Contratada obriga-se a executar o objeto do presente contrato, sempre em regime de atendimento à fiscalização do preposto do Contratante, dispondo este de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O presente contrato será fiscalizado por **Sirleneide dos Santos Brito**, matrícula nº 055.861, nomeada em concurso público como funcionária efetiva no cargo de Professora, através do Decreto nº 889/1999, datado em 15/03/1999, a qual será Fiscal Titular e, **Katia Martins Oliveira Daher**, matrícula nº 60.771, nomeada em concurso público como funcionária efetiva no cargo de Professora, através do Decreto nº 1.882/2005, datado em 21/01/2005 a qual será Fiscal Suplente lotados na Secretaria requisitante, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada a sub-contratação total ou parcial da execução do objeto deste Contrato, salvo no caso de autorização prévia do contratante que não excederá o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 9.1. A assinatura do presente contrato fica condicionada a apresentação por parte da Contratada, de cópia da Certidão Negativa de Débito CND (INSS) e do Certificado de Regularidade de Situação CRF (FGTS) atualizadas e CNDs da Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 9.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Contratada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Certificado de



Regularidade de Situação – CRF (FGTS), Federal, Estadual e Municipal, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, estiverem com os prazos de validade vencidos, o Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 9.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 9.4. Quando a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subseqüente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto ora contratado, isentando o contratante de todas as reclamações que surjam subseqüentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos produtos.
- 10.2 A Contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 10.3 A CONTRATADA deverá permitir livre acesso dos servidores do Ministério da Justiça bem como do Tribunal de Contas aos seus documentos contábeis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido conforme previsão nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

- 12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São Mateus poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções:
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;



- b) multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% limitado a 20% do valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.2. A PMSM aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 12.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- 12.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 12.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.



12.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1.Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados.
- 14.2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas no objeto contratado, fixando prazos para sua regularização.
- 14.3. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão do Contrato em caso de irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Respeitar e cumprir as Normas Administrativas em vigor no MUNICÍPIO.
- 15.2 Entregar o Objeto Contratado nos prazos e condições pré-estabelecidos.
- 15.3 A Contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto contratado, isentando o Contratante de todas as reclamações que venham a surgir subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento do respectivo produto.
- 15.4 A Contratada ficará obrigada a manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 15.5 A Contratada deverá permitir livre acesso dos servidores do Ministério da Justiça bem como do Tribunal de Contas aos seus documentos contábeis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 16.1. Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº. 010/2018.
- 16.2. A CONTRATADA deverá atender todas as exigências da CONTRATANTE quanto ao cumprimento da legislação pertinente, independente de transcrição.
- 16.3. Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado;
- 16.4. Não será aceito em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 16.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que compõe tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direita ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custo de estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

17.1. A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

- 18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus ES, por mais privilegiado que outros sejam.
- 18.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Mateus.	de	de 2018
Sau Maieus	ue.	UEZUIO

ZENILZA APARECIDA BARROS PAULI

Secretária Municipal de Educação Município de São Mateus CONTRATANTE

> Nome Cargo



Empresa CONTRATADO

TESTEMUNHAS:							
Nome:	 Nome:						
CPF(MF):	CPF(MF):						